

FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA
HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS
EXAME FINAL
2.º ANO – Turma Dia
22 de Julho de 2015

I

Responda a **dois** dos seguintes tópicos:

1. Princípio do equilíbrio;

A resposta deve referir que após a Paz de Vestefália (1648), o princípio do equilíbrio europeu constituiu o instrumento encontrado pelos Estados para evitar a guerra no continente europeu. O equilíbrio era facilitado por os Estados serem formalmente iguais entre si, não havendo, em teoria, a preponderância de uns em relação aos outros.

Este princípio manteve-se eficaz até às guerras napoleónicas. No século XIX, o equilíbrio foi alcançado através das reuniões e conferências com o objectivo de resolver as questões que pudessem existir entre os Estados e garantir a paz europeia.

2. Liberdade dos mares;

A resposta deve referir o princípio da liberdade dos mares como princípio do Direito das Gentes. Deve referir a Expansão, o Tratado de Tordesilhas de 1494 e a divisão de territórios, bem como a aprovação pelo Papa Júlio II, em 1506, tornando oficial a doutrina do *Mare clausum*, para justificar a exclusividade de navegação ibérica.

A resposta deve referir a contestação da doutrina do *mare clausum* pelas potências rivais, que pretendiam desenvolver a navegação, e pela doutrina, com especial referência à obra de Grócio. Deve também referir a resposta de John Selden e, em especial, de Serafim de Freitas, e fazer referência ao triunfo da liberdade dos mares.

3. Arbitragem obrigatória;

A resposta deve definir a arbitragem internacional como meio pacífico de resolução de litígios e referir que a arbitragem obrigatória (ou necessária) surge quando dois ou mais Estados convencionam a submissão à arbitragem de todos ou de alguns conflitos que possam surgir entre eles.

A resposta deve referir os limites da arbitragem internacional como previstos no artigo XVI da Conferência de Haia de 1899 e analisar a tentativa dos Estados para criar um sistema de arbitragem necessária nas duas Conferências de Paz de Haia (de 1899 e de 1907).

4. Mandatos coloniais.

A resposta deve referir a I Guerra Mundial de 1914-1918 e o Tratado de Paz de Versailles em 1919, com a criação da Sociedade das Nações e dos mandatos coloniais para os territórios administrados anteriormente pelos Estados vencidos, em especial pela Alemanha.

A resposta deve referir os três tipos de mandato, em conformidade com o grau de desenvolvimento de cada território (1, 2 e 3 ou A, B e C), explicando o seu âmbito de aplicação e as suas finalidades, bem como os países a que foram atribuídos os mandatos.

II

Responda a **dois** dos seguintes temas:

1. A doutrina da guerra justa.

A resposta deve referir a construção da doutrina da guerra justa por Santo Agostinho e o seu desenvolvimento pelos autores medievais seguintes (Isidoro de Sevilha, Cardeal Hostiensis, Inocêncio IV...) bem como a sua reconstrução por São Tomás de Aquino. Deve referir o contexto medieval e a discussão sobre a guerra santa contra os infiéis; a aplicação da doutrina da guerra justa a todos os conflitos ou apenas aos conflitos entre os cristãos.

A resposta deve referir os requisitos da guerra justa: a justa causa (motivo que justifica a acção bélica), a declaração por autoridade legítima e a recta intenção (de correcção mas não de vingança). Deve também fazer referência à legítima defesa como causa justa e suficiente.

A resposta deve explicar a distinção entre o *ius ad bellum* e o *ius in bello*, como exigência de justificação da guerra e como limite aos meios utilizados durante o seu decurso.

A resposta deve referir o recurso e renovação da doutrina da guerra justa pela Segunda Escolástica no contexto da expansão ultramarina e na relação com habitantes do Novo Mundo, em especial na América espanhola.

2. A “questão africana” e as relações internacionais no século XIX.

A resposta deve referir a importância da “questão africana” na segunda metade do século XIX para as principais potências Europeias e o seu interesse na exploração do continente. Deve referir a defesa do princípio da ocupação efectiva dos territórios coloniais (ocupação administrativa, militar e populacional), opondo-se aos direitos históricos de descoberta seguida de posse e de conquista defendida por Portugal.

A resposta deve referir que as acções de ocupação deram azo a vários conflitos entre as potências europeias com interesses territoriais coincidentes, nomeadamente entre Portugal e a Inglaterra, alguns deles resolvidos através da arbitragem internacional.

A resposta deve referir que o princípio da ocupação efectiva foi consagrado pela Conferência de Berlim de 1885, que não aplicou o princípio da ocupação efectiva à colonização do interior africano, onde vigorou o sistema de esferas de influência.

A resposta deve ainda referir o principal conflito entre Portugal e Inglaterra, em 1891, a propósito do mapa cor-de-rosa (projecto de ligação entre Angola e Moçambique), que deu origem ao *Ultimatum* inglês, a que Portugal acabou por ceder.

3. As organizações internacionais e a evolução das relações internacionais.

A resposta deve referir a criação de organizações internacionais a partir do final do século XIX e, em especial, no século XX e o contexto que levou à criação das mesmas.

Deve ser referida a criação, após a I Guerra Mundial, da Sociedade das Nações e as fragilidades da mesma (por exemplo, a exigência da unanimidade), bem como o progresso obtido no plano dos princípios. Deve ainda ser referida a criação, após a II Guerra Mundial, da Organização das Nações Unidas e das alterações introduzidas para corrigir as fragilidades da SDN. Será valorizada a referência ao processo de criação e ao modelo do Conselho de Segurança e às dificuldades que o mesmo causou no funcionamento da ONU.

A resposta deve referir a alteração de paradigma introduzida nas relações entre os Estados pelas organizações internacionais, em especial pelas organizações de cariz universal.

III

Comente, desenvolvendo, **a seguinte** passagem:

“Não sendo o Direito das gentes senão o Direito Natural com diversa aplicação; é evidente que o Direito das Gentes obriga as nações à prática dos mesmos deveres, a que o Direito Natural sujeita os particulares. Assim que a Lei da igualdade natural, a da liberdade e defesa, a que proíbe lesar ao seu semelhante, e ordena a reparação do dano, a da beneficência em fim, são para as nações princípios de Direito das Gentes.”

VICENTE FERRER NETO PAIVA,
Elementos de Direito das Gentes, 1843 (2ª edição)

A resposta deve definir o Direito das Gentes, explicando a sua origem e a sua definição como Direito Natural aplicado às relações entre Estados, bem como a existência de princípios imutáveis e comuns a todas as épocas, por decorrerem da natureza do Estado e enformarem as relações internacionais. São estes, entre outros, os princípios necessários referidos no texto. A resposta será valorizada se recorrer à exemplificação.

A resposta deve comentar a frase de forma crítica e desenvolvida, analisando as várias concepções de Direito das Gentes, com especial enfoque para as correntes jusnaturalistas.

A resposta deve distinguir com clareza Direito das Gentes necessário, Direito das Gentes voluntário e Direito das Gentes costumeiro, bem como referir a importância que cada uma destas categorias teve no pensamento internacionalista, nomeadamente na obra de Vattel.

A resposta deve discutir a função dos princípios gerais de Direito das Gentes na construção de uma comunidade internacional. Será valorizada a apresentação de exemplos: o recurso à utilização dos princípios nas decisões arbitrais e a defesa intransigente dos princípios de Direito Internacional no pós II Guerra Mundial, que levaram à elaboração pela Organização das Nações Unidas da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1966.

Boa Sorte!

Duração: 1H30

Cotação : I – 2,5 valores cada; II – 4 valores cada; III – 7 valores